

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma reportagem vinda recentemente a público do jornal *Diário de Notícias* dá conta de que a Polícia Judiciária Militar se encontra a investigar uma possível infiltração de elementos provenientes de movimentos de extrema-direita nas Forças Armadas. É avançado pela mesma fonte que um militar da Marinha está sob suspeita de ter publicado comentários e conteúdos, incluindo documentos classificados, num blogue denominado Movimento Armilar Lusitano, com notórias ligações à extrema-direita.

De igual modo, refere o artigo noticioso que o Exército, a Marinha e a Força Aérea têm conhecimento de atividades “desapropriadas” nas redes sociais e noutras formas de comunicação conduzidas por parte de militares, ainda que, excetuando a Força Aérea que conta com um processo corrente ainda sem conclusões efetivas, não tenha havido investigações de fundo que permitam perceber a extensão do problema.

Em ocasiões anteriores, inclusivamente em Audições Parlamentares com o Senhor Ministro da Defesa Nacional, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda já havia alertado para a possibilidade da captura e aproveitamento de movimentos de extrema-direita não só nas forças policiais da PSP e da GNR, mas também nos ramos das Forças Armadas, dando conhecimento da existência de um movimento inorgânico de contestação na Marinha, designado Naval Zero, na linha do Movimento Zero, tendo também em conta os pareceres de várias Associações das Forças Armadas relativamente a esta matéria.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que, da mesma forma que as ligações de elementos das forças policiais da PSP e da GNR à extrema-direita têm sido alvo de investigações e processos de inquérito conduzidos pelo Ministério da Administração Interna, o mesmo procedimento deverá ter lugar no seio da Defesa Nacional, com vista a prevenir e impedir a proliferação de manifestações extremistas, racistas, xenófobas e discriminatórias, que em tudo contradizem o espírito de fraternidade, camaradagem, lealdade e integridade que devem caracterizar as Forças Armadas portuguesas e no respeito pela Constituição da República.

Por isso mesmo, é fundamental que o governo compreenda o perigo efetivo de uma putativa infiltração de movimentos de extrema-direita – como o Movimento Zero e a Naval Zero, que em tudo servem para minar a natureza, missão, valores e operacionalidade das forças militares – nos vários ramos das Forças Armadas, agindo de uma forma estruturada e intransigente no combate a este tipo de manifestações.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério da Defesa Nacional, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento dos factos acima expostos?
2. Confirma o governo a abertura de inquéritos e a instauração de processos a militares dos ramos das Forças Armadas por suspeitas de infrações relacionadas com a extrema-direita e as suas diversas exteriorizações?
3. Tendo em conta o surgimento e proliferação de manifestações de extrema-direita dentro das Forças Armadas no passado recente, que medidas foram e têm sido tomadas pelo presente governo, através do seu Ministério da Defesa Nacional, para impedir que elementos ou movimentos de extrema-direita penetrem no seio das Forças Armadas e dos seus ramos?
4. Que diligências está o governo disposto a efetivar, junto das hierarquias militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea, para garantir que os militares portugueses e as próprias estruturas militares não se deixam capturar por movimentos de extrema-direita, fazendo com que estes permaneçam fiéis à missão e valores das Forças Armadas, no estrito cumprimento da Lei de Defesa Nacional, do Estatuto da Condição Militar e, não menos relevante, da Constituição da República Portuguesa?

Palácio de São Bento, 15 de setembro de 2020

Deputado(a)s

JOÃO VASCONCELOS(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)